

Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores.

1. Conjuntura econômica: A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções de início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de

reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

2. Principais informações financeiras: (R\$ milhões)

	2018	2017	Δ
Prêmios emitidos	3.646,2	3.331,7	9,4%
Prêmios ganhos	3.547,5	3.358,8	5,6%
Sinistros ocorridos	(2.087,3)	(2.145,1)	2,7%
Custos de aquisição	(696,8)	(686,0)	-1,6%
Margem bruta	763,4	527,7	44,7%
Resultado antes dos impostos e participações	780,6	624,2	25,1%
Lucro líquido	751,2	592,3	26,8%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2018, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,6 bilhões, 9,4% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,1 bilhões, 2,7% abaixo do número apresentado em 2017. Os custos de aquisição somaram R\$696,8 milhões, aumento de 1,6% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$751,2 milhões, com crescimento de 26,8% em relação a 2017.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indiretos: A Companhia não passou por reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período.

5. Investimentos: Em 31/12/2018, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$3.839,6 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

7. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	780,6	624,2
(-) Impostos e contribuições	(3,6)	(9,4)
(-) Participações	(25,8)	(22,5)
Lucro/ prejuízo líquido do exercício	751,2	592,3
Reversão de combinação de negócio		
de controlada indireta e outros ajustes	–	0,4
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	751,2	592,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(37,6)	(29,6)
Lucro líquido ajustado	713,6	563,1
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	178,4	140,8
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	–	19,6
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios	178,4	121,2
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	51,1	57,3
Bruto	270,0	210,0
Imposto de renda	(40,5)	(31,5)
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	443,6	333,5

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Notas	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Disponível	–	3.324.166
Caixa e bancos	–	25.072
Aplicações	–	25.072
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber	6.1	1.729.337
Operações com seguradoras	7.1	902.966
Operações com resseguradoras	8.1	8.245
Outros créditos operacionais	10	100.758
Ativos de resseguro e retrocessão		
Títulos e créditos a receber	8.2	15.139
Títulos e créditos a receber	–	126.081
Créditos tributários e previdenciários	7.1	40.812
Outros créditos	20.1	25.486
Outros valores e bens		
Bens a venda	11	44.843
Despesas antecipadas	–	10.616
Custos de aquisições diferidos	12	356.953
Seguros	–	325.834
Ativo não circulante	–	5.970.058
Realizável a longo prazo	–	2.038.741
Aplicações	6.1	7.573
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber	7.1	2
Operações com resseguradoras	8.1	198
Outros créditos operacionais	10	905.787
Ativos de resseguro e retrocessão		
Títulos e créditos a receber	8.2	2.940
Créditos tributários e previdenciários	7.1	1.117.014
Depósitos judiciais e fiscais	21.1	229.694
Outros créditos operacionais	–	4.056
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	11	2.829
Custos de aquisição diferidos	12	711
Seguros	–	711
Investimentos	–	3.840.839
Participações societárias	13	3.839.618
Imóveis destinados a renda	–	860
Outros investimentos	–	361
Imobilizado		
Imóveis de uso próprio	–	39
Bens móveis	–	7.962
Outras imobilizações	–	6.114
Intangível		
Outros intangíveis	14	76.363
Total do ativo	9.294.224	8.593.064
Passivo		
Passivo circulante		
Contas a pagar	–	3.028.493
Obrigações a pagar	–	489.667
Impostos e encargos sociais a recolher	15.1	345.698
Encargos trabalhistas	–	82.725
Emprestimos e financiamentos	–	17.728
Impostos e contribuições	–	595
Outras contas a pagar	15.2	35.755
Débitos de operações com seguros e resseguros		
Prêmios a restituir	–	104.659
Operações com seguradoras	–	3.170
Operações com resseguradoras	–	11.553
Corretores de seguros e resseguros	8.1	7.030
Outros débitos operacionais	–	20.900
Depósitos de terceiros		
Provisões técnicas - seguros	–	2.408.883
Danos	18.1	2.406.950
Pessoas	18.1	1.933
Outros débitos		
Provisões judiciais	21.2	9.850
Débitos diversos		
Passivo não circulante	–	888.504
Contas a pagar	–	375.755
Obrigações a pagar	15.1	370.833
Emprestimos e financiamentos	–	454
Outras contas a pagar	15.2	4.468
Provisões técnicas - seguros		
Danos	18.1	217.016
Pessoas	18.1	780
Outros débitos		
Provisões judiciais	21.2	281.878
Débitos diversos		
Patrimônio líquido		
Capital social	22.1	2.612.726
Reservas de capital	–	(24.955)
Reservas de lucros	–	2.786.894
Ajustes de avaliação patrimonial	–	2.562
Total do passivo	9.294.224	8.593.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Notas	2018	2017
Lucro líquido do exercício	751.181	592.305
Quantidade de ações	477	472
Lucro líquido por ação	1.574,80	1.254,88
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Notas	2018	2017
Lucro líquido do exercício	751.181	592.305
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	(2.080)
Efeitos fiscais	24	832
Itens que poderão ser reclassificados		

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Descrição	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	751.181	592.305
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	19.662	26.194
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	(630.765)	(571.613)
Outros ajustes	(9.962)	2.390
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	118.432	31.429
Créditos das operações de seguros e resseguros	(34.507)	(91.435)
Ativos de resseguro	(1.029)	1.847
Créditos fiscais e previdenciários	(33.135)	(9.560)
Depósitos judiciais e fiscais	90.491	(13.894)
Despesas antecipadas	(51)	(3.659)
Custos de aquisição diferidos	(29.583)	37.338
Outros ativos	(119.258)	47.911
Outras contas a pagar	44.942	40.407
Débitos de operações com seguros e resseguros	16.030	(20.872)
Depósitos de terceiros	(1.364)	(14.454)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	127.902	(64.948)
Provisões judiciais	(65.281)	15.808
Outros passivos	(7.473)	(7.471)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	236.232	(2.326)
Juros pagos	(143)	–
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	–	130.969
Imposto sobre o lucro pagos	(80.551)	(29.160)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	155.538	99.483
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	2.528	–
Imobilizado	145	101
Pagamento pela compra:		
Investimentos	–	(40.000)
Imobilizado	(178)	(1.875)
Intangível	(29.624)	(18.470)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(27.129)	(60.244)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (126.133)	(37.251)	
Aquisição de empréstimos	1.650	–
Pagamento e empréstimo (exceto juros)	(602)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(125.085)	(37.251)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3.324	1.988
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.748	19.760
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.072	21.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 49,38% de participação direta e 50,62% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulaspas Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 27/02/2019, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Aparação do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE).

3.1.2. Balanço patrimonial:

• Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Bens à venda:** A Companhia possui ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. 3.4. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.

3.5. Intangíveis: 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no

mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladoras (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.7. **Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 06 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. 3.9.3. **Provisão de Sinistros a Líquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros" no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.4. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 meses, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.9.5. **Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. 3.10. **Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal de fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros- ETJ, livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. E papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa, além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sobre a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1^a linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1^a linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2^a linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão, estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3^a linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização, com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2018, R\$5,3 milhões (R\$5,45 milhões em 2017) de ULAE e R\$9,3 milhões (R\$10,6 milhões em 2017) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	R\$ milhões										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Provisão de sinistros contabilizada	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Um ano depois	397,48	430,16	367,97	345,15	378,40	408,79	254,30	245,15	292,70	—	
Dois anos depois	440,10	401,05	395,53	381,26	419,59	480,59	285,93	310,11	—	—	
Três anos depois	408,34	425,48	435,24	406,90	450,54	507,43	336,36	—	—	—	
Quatro anos depois	438,16	458,70	455,48	446,05	477,69	559,39	—	—	—	—	
Cinco anos depois	472,23	472,09	510,36	468,12	517,37	—	—	—	—	—	
Seis anos depois	480,04	521,87	533,15	503,31	—	—	—	—	—	—	
Sete anos depois	493,69	541,73	561,38	—	—	—	—	—	—	—	
Oito anos depois	512,27	568,70	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos depois	532,01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 31/12/2018	532,01	568,70	561,38	503,31	517,37	559,39	336,36	310,11	292,70	276,11	
Pagamentos já realizados até 31/12/2018	322,98	347,73	325,43	259,97	238,71	259,15	178,24	119,69	63,67	—	
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2018	209,03	220,97	235,95	243,34	278,66	300,24	158,12	190,42	229,03	276,11	

Empresarial	57,11%	1,06%	9,38%	4,16%	28,25%	100,00%	55,72%	0,91%	8,69%	3,77%	30,91%	100,00%
Patrimonial												
demais	63,55%	2,15%	12,67%	5,14%	16,49%	100,00%	64,00%	2,02%	12,33%	5,36%	16,29%	100,00%
Residencial	36,11%	0,68%	8,23%	2,86%	52,12%	100,00%	37,37%	0,59%	3,98%	2,68%	55,38%	100,00%
Vida em grupo	56,00%	1,26%	11,91%	3,96%	26,87%	100,00%	56,83%	1,16%	10,45%	3,81%	27,75%	100,00%
Outros	57,05%	2,16%	17,05%	5,86%	17,88%	100,00%	59,58%	1,98%	14,98%	5,84%	17,62%	100,00%

ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, neste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

A evolução de sinistros judiciais representam os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2018, R\$78,4 milhões (R\$68,4 milhões em 2017) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconómicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconómico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2018 e 2017: **Alocação dos investimentos por indexador:**

SELIC/CDI	1.495.724	1.553.393
IPCA	228.695	288.025
Pré-fixado	5.479	8.259
Ações	–	133
Outros	4.426	1.643
Total	1.734.324	1.851.453

4.3.1. Exposição residual: A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, que têm como objetivo otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para reduzir o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual, em módulo, ao risco cambial, de renda variável e inflação.

Exposição ao risco cambial, renda variável e inflação	2018	2017
Dólares norte americanos (a)	32.668	24.925
Renda variável	–	133
Indexados a inflação (a)	2.565	83.111

Premissas	2017							
	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após antes dos impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após antes dos impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após antes dos impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após antes dos impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(106.495)	(58.572)	(106.556)	(58.606)	(236)	(130)	(701)	(385)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(25.693)	(14.131)	(25.693)	(14.131)	(2.366)	(1.302)	(2.366)	(1.302)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(37.739)	(20.756)	(37.739)	(20.756)	(117)	(64)	(117)	(64)
Redução de 5% na sinistralidade	106.495	58.572	106.556	58.606	236	130	701	385
Redução de 5% nas despesas administrativas	25.693	14.131	25.693	14.131	2.366	1.302	2.366	1.302
Redução de 5% nos custos de comercialização	37.739	20.756	37.739	20.756	117	64	117	64

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

- Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e
- Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

• Administrativo:	R\$ milhões									
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de sinistros contabilizada	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06
Efeito do desconto financeiro	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88
Um ano depois	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	574,08	457,57	377,06	—
Dois anos depois	714,16	604,69	633,16	554,72	644,10	705,52	572,67	434,98	—	—
Três anos depois	700,43	603,98	630,20	570,67	696,20	719,68	559,61	—	—	—
Quatro anos depois	701,65	599,09	621,72	586,42	713,19	714,95	—	—	—	—
Cinco anos depois	701,61	609,47	663,68	607,07	711,74	—	—	—	—	—
Seis anos depois	710,84	656,24	686,80	608,12	—	—	—	—	—	—
Sete anos depois	713,45	679,19	687,86	—	—	—	—	—	—	—
Oito anos depois	736,78	680,58	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos depois	737,81	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2018	737,81	680,58	687,86	608,12	711,74	714,95	559,61	434,98	377,06	384,88
Pagamentos já realizados até 31/12/2018	729,53	672,27	679,51	599,75	703,36	704,41	543,12	406,45	338,67	—
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2018	8,28	8,21	8,25	8,27	8,22	10,54	16,42	28,52	38,22	384,88

4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2018 91,43% (90,44% em 2017) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo a política de investimento da seguradora.

Descrição	2018	2017
Renda fixa pública “risco soberano”	1.525.386	1.558.099
AAA	60.257	116.292
AA+ até AA-	144.390	163.943
A+ até A-	–	10.751
B	–	661
Outros	4.291	1.707
Total	1.734.324	1.851.453

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de

Descrição	Sem vencimen- to	01 ano		02 anos		05 anos		Mais de 10		Ganho ou (perda)	Valor contábil
		Até 01 ano	e até 02 anos	e até 05 anos	e até 10 anos	anos	anos	anos	anos		
Instrumentos financeiros											
Aplicações financeiras	114.060	81.661	350.698	1.012.651	160.427	10.938	1.730.435	1.734.870	4.435	1.734.324	
Valor justo por meio do resultado	114.060	23.387	26.046	24.954	22.687	–	211.134	211.173	39	211.173	
Disponível para venda	–	58.274	324.652	987.697	130.044	10.938	1.511.605	1.515.455	3.850	1.515.455	
Mantido até o vencimento	–	–	–	–	7.696	–	7.696	8.242	546	7.696	
Prêmios a receber (a)	–	855.218	–	–	–	–	855.218	–	–	855.218	
Refinanciamento fiscal - REFIS											
	–	15.796	–	–	–	–	15.796	–	–	15.796	
Seguros e resseguros											
Provisões técnicas	– 2.393.744	10.532	48.711	83.581	72.032	–	–	–	–	– 2.608.600	
Ativos de resseguros	–	15.139	723	539	901	777	–	–	–	–	18.079
Passivos											
Seguros	–	2.408.883	11.255	49.250	84.482	72.809	–	–	–	–	2.626.679

Mostrado Mostrado Mostrado

Descrição	Sem vencimen- to	Mais de 01 ano		Mais de 02 anos		Mais de 05 anos		Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil					
		Até e até 02 01 ano		e até 05 e até 10 anos		anos											
		anos	anos	anos	anos	anos	anos										
Instrumentos financeiros																	
Aplicações financeiras	74.210	307.691	108.530	1.218.855	129.149	10.582	1.849.017	1.851.819	2.802	1.851.453							
Valor justo por meio do resultado	74.052	17.027	23.195	48.027	—	—	162.301	162.509	208	162.509							
Disponível para venda	158	290.664	85.335	1.170.828	121.741	10.582	1.679.308	1.681.536	2.228	1.681.536							
Mantido até o vencimento	—	—	—	—	7.408	—	7.408	7.774	366	7.408							
Prêmios a receber (a)	—	842.460	—	—	—	—	—	842.460	—	—	842.460						
Refinanciamento fiscal -																	
REFIS	—	14.890	—	—	—	—	—	14.890	—	—	14.890						
Seguros e resseguros																	
Provisões técnicas	— 2.298.120	15.279	40.919	65.958	61.451	—	—	—	—	—	— 2.481.727						
Ativos de resseguros	—	13.847	530	625	1.061	987	—	—	—	—	—	17.050					
Passivos																	
Seguros	—	2.311.967	15.809	41.544	67.019	62.438	—	—	—	—	—	2.498.777					

2018		2017	
–	7		
11.108	6.389		
11.881	13.751		
133	96		
23.122	20.243		
2018		2017	
Expo sião	%	Expo sião	%
1214	12,60%	1.713	8,46%
646	50,37%	12.279	60,66%
102	0,44%	111	0,55%
–	0,00%	41	0,20%
387	1,67%	386	1,91%
638	33,03%	5.308	26,22%
35	1,88%	405	2,00%
22 100,00%	20.243 100,00%		

o total da exposição ao risco de operações significativas em relação à

pelas a seguir apresentam a exposição ao risco e linha de negócio. Tendo em vista a descrição, a Companhia prioriza suas maior grau de risco. Eventuais colocações ser aprovadas diretamente pelo CoR.

31/12/2017. Level 1 refere-se à categoria com o menor grau de risco e Level 5 à categoria com maior grau de risco. **Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão; e **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo à legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2018, adicionadamente aos valores informados na tabela anterior, há R\$49.046 (R\$36.919 em 2017) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito “possível” destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa.

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologias específicas e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada mensura a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestões das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de perda para o cálculo da provisão de pagamento para o cálculo da estimativa de pagamento caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente, suficiência do PLA em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2018 e 2017, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

2017

Descrição	2018 (Reapresentado) (*)
Patrimônio líquido contábil	5.377.227
Deduções:	
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(3.839.618)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(12.303)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	–
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (**)	(114.735)
Ativos intangíveis	(76.363)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (**)	(8.864)
Ajustes econômicos	17.032
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	1.342.376
Capital base (b)	15.000
Capital de risco (c)	705.461
Capital de risco de subscrição (d)	580.373
Capital de risco operacional (e)	23.696
Capital de risco de crédito (f)	145.295
Capital de risco de mercado (g)	54.055
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	705.461
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)	636.915
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)	47,45%

(*) Foram realizados ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do risco de mercado, resultando em um aumento de R\$1.727 no Capital de risco de mercado. Com consequente aumento do R\$573 nas linhas de Capital de risco, CMR e de R\$572 nas linhas de Ajustes econômicos e PLA. Tais ajustes não afetaram, de forma significativa, a suficiência da Companhia. (**) Introduzido pela CNSP 343/16, com adoção inicial em 31/12/2018, conforme Art. 64-A. Em 31/12/2018, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$227.354 (R\$423.638 em 2017), que correspondem a 32,23% (60,19% em 2017) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** 5.1. Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos: Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. A Companhia faz a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros e de câmbio. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nacional)		Valor a rece- ber/ recebido		Valor a pagar / pago	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contratos futuros:							
Compromisso de compra							
Taxa de juros em reais	2020	6.000	4.100	5.479	3.851	–	1
Moeda estrangeira	2019	27.150	23.210	27.150	23.210	–	110
5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2018 e 2017, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidos em fundos de investimentos exclusivos são compostas conforme demonstradas a seguir:							
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor				
LFT	Setembro/2021	800	7.887				
LFT	Setembro/2022	47	463				
Total		847	8.350				
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor				
LFT	Março/2018	64	594				
LFT	Setembro/2018	100	928				
LFT	Setembro/2021	800	7.407				
LFT	Setembro/2022	10	93				
Total		974	9.022				

5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2018 e 2017, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidos em fundos de investimentos exclusivos são compostas conforme demonstradas a seguir:

2018

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Setembro/2021	800	7.887
LFT	Setembro/2022	47	463
Total		847	8.350

2017

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2018	64	594
LFT	Setembro/2018	100	928
LFT	Setembro/2021	800	7.407
LFT	Setembro/2022	10	93
Total		974	9.022

Ativo

Valor justo por meio do resultado

Disponível para venda

Mantido até o vencimento

Total

Saldo em 31/12/2017 162.509 1.681.536 7.408 1.851.453

Aplicações 417.249 1.397.047 – 1.814.296

Rendimentos resgate (4.155) (168.144) (435) (172.734)

Principal resgate (379.661) (1.504.939) – (1.884.600)

Resultado financeiro 12.786 108.480 723 121.989

Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos 2.445 – – 2.445

Ajustes no patrimônio líquido – 1.475 – 1.475

Saldo em 31/12/2018 211.134 1.515.455 7.696 1.734.324

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: • A metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

2018

Fatores de risco	VaR 95% DV01 = 0,01%
Pré-fixado	(70) (7)
IPCA	528 70
Renda variável	– 1
Outros	(2) –
Total	456 64

2017

Fatores de risco	VaR 95% DV01 = 0,01%
Pré-fixado	(55) (8)
IPCA	477 85
Renda variável	(5) 1
Outros	(76) 228
Total	341 306

Os ativos referenciados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01, uma vez que a *effective duration* é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados significativos devido à baixa volatilidade (inferiores a R\$1). Os valores negativos de VaR apresentados na tabela acima devem-se, principalmente, à correlação entre alguns fatores de risco gerada pela diversificação da carteira de investimentos. **6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1:**

LFT: Letras financeiras do tesouro. Não divulgamos análise de sensibilidade para os derivativos da Companhia, uma vez que o montante detido não é significativo dentro da carteira de aplicações financeiras, fazendo com que as variações de tais ativos não produzam impactos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

2018

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	2018		
	Valor avaliado pela curva	Valor avaliado pela curva/ contábil	Valor avaliado pela curva/ contábil	Valor avaliado pela curva/ contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros
Titulos de renda fixa - privados	–	–	165.475	169.184	–	–
Letras financeiras	–	–	165.475	169.184	–	115%CDI
Titulos de renda fixa - públicos	–	–	1.346.130	1.346.271	7.696	8.242
Letras financeiras do tesouro	–	–	1.125.267	1.125.393	–	SELIC
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série B - pós-fixado IPCA	–	–	220.863	220.878	7.696	8.242
Títulos de renda vari						

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:			
	Danos	Pessoas	Total
Saldo em 01/01/2017	5.563	19	5.582
Emissões/RVNE	5.336	—	5.336
Cancelamentos	(9)	—	(9)
Amortizações	(6.939)	(19)	(6.958)
Saldo em 31/12/2017	3.951	—	3.951
Circulante	3.506	—	3.506
Não circulante	445	—	445
Saldo em 31/12/2017	3.951	—	3.951
Emissões/RVNE	7.556	—	7.556
Cancelamentos	—	—	—
Amortizações	(7.879)	—	(7.879)
Saldo em 31/12/2018	3.628	—	3.628
Circulante	3.267	—	3.267
Não circulante	661	—	661

8.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:

	Danos	Pessoas	Total
Saldo em 01/01/2017	13.279	36	13.315
Adições/baixas	(1.309)	17	(1.292)
Atualização monetária / juros	377	2	379
Variação IBNR	682	15	697
Saldo em 31/12/2017	13.029	70	13.099
Circulante	10.341	—	10.341
Não circulante	2.758	—	2.758
Saldo em 31/12/2017	13.029	70	13.099
Adições/baixas	999	12	1.011
Atualização monetária / juros	1.391	11	1.402
Variação IBNR	(1.061)	—	(1.061)
Saldo em 31/12/2018	14.358	93	14.451
Circulante	12.172	—	12.172
Não circulante	2.279	—	2.279

9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 9.1. Créditos e débitos tributários:

Descrição	2018	2017
Tributos a compensar / recuperar (nota 9.2)	66.515	14.572
Créditos tributários (9.3)	335.289	344.552
Débitos tributários (9.3)	(112.327)	(139.678)
Total	289.477	219.446
Circulante	59.783	14.572
Não circulante	229.694	204.874

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. 9.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Atualiza-ção mo-mentária		Baixa /	Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 01/01/2017	Adição	compen-saço	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.891	35.474	178	(33.925)
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.673	6.019	84	(2.238)
Programa de Integração Social - PIS	46	—	—	(40)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	214	—	—	(187)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	268	—	—	268
Outros	115	—	—	115
Total	9.207	41.493	262	(36.390)
Circulante	14.572	—	—	14.572

9.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2017
Provisão para perda em investimentos	782	—	—	782
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	200.074	34.362	(735)	233.701
Redução ao valor recuperável de créditos	64.090	474	(648)	63.916
Provisões	4.934	8.414	(4.443)	8.905
Participações nos lucros	1.550	1.941	(1.733)	1.758
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	5.142	2.565	—	7.707
Perda com ajuste a valor de mercado	5.133	—	(5.133)	—
Outros	(114)	61	(4)	(57)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	281.591	47.817	(12.696)	316.712
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	7.805	—	(7.199)	606
PIS e COFINS sobre provisões técnicas	29.142	568	(2.476)	27.234
Total dos créditos tributários	318.538	48.385	(22.371)	344.552
Atualizações de depósitos judiciais	(113.139)	(24.129)	2	(137.266)
Resultado no exterior	(252)	—	—	(252)
Ganho com ajuste a valor de mercado	—	(1.004)	—	(1.004)
Outros	(1.156)	—	—	(1.156)
Total dos débitos tributários	(114.547)	(25.133)	2	(139.678)
Descrição	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2017
Provisão para perda em investimentos	782	—	—	782
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	233.701	13.448	(30.720)	216.429
Redução ao valor recuperável de créditos	63.916	420	(1.813)	62.523
Provisões	8.905	8.335	(8.237)	9.003
Participações nos lucros	1.758	10.302	(1.765)	10.295
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	7.707	831	—	8.538
Outros	(57)	424	—	367
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	316.712	33.760	(42.535)	307.937
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	606	—	(606)	—
PIS e COFINS sobre provisões técnicas	27.234	1.142	(1.024)	27.352
Total dos créditos tributários	344.552	34.902	(44.165)	335.289
Atualizações de depósitos judiciais	(137.266)	(9.723)	37.906	(109.083)
Resultado no exterior	(252)	—	—	(252)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(1.004)	(1.536)	1.005	(1.535)
Outros	(1.156)	(301)	—	(1.457)
Total dos débitos tributários	(139.678)	(11.560)	38.911	(112.327)

Descrição	Base	Créditos tributários não reconhecidos
Diferenças temporárias - IRPJ	286.100	71.525
Diferenças temporárias - CSLL	2.944	442
Total	289.044	71.967

10. Outros créditos operacionais: Composto basicamente pelas operações abaixo: Sistema Financeiro da Habitação: O saldo da conta, em 31/12/2018, inclui parcela de R\$1.152.358 (R\$1.034.256 em 2017), correspondente a saldo a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), sendo R\$112.987 (R\$206.892 em 2017) no ativo circulante e R\$1.039.371 (R\$827.364 em 2017) no ativo não circulante. A redução ao montante recuperável desses valores é de R\$148.105 (R\$143.836 em 2017), calculado com base em premissas que levam em conta, entre outros aspectos, o histórico de perdas operacionais, sendo R\$14.521 (R\$28.773 em 2017) no ativo circulante e R\$133.584 (R\$115.063 em 2017) no ativo não circulante. Em 31/12/2018, existem processos judiciais, ainda em andamento, em que a Companhia é citada, relativos ao SFH, que podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de

reembolso ao FCVS. Em 31/12/2018, a Companhia desembolsou R\$216.303 (R\$230.045 em 2017) em processos judiciais associados ao SH/SFH e foi reembolsada em R\$98.002 (R\$162.476 em 2017) pelo FCVS. A Companhia tem também oferecido, em juízo, para processos judiciais que envolvem o SFH, instrumentos de seguro garantia. Em 31/12/2018, o montante total garantido por meio de seguro garantia é de R\$479.094 (R\$208.332 em 2017). O SH/SFH foi, originalmente, instituído pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras atuam apenas como representantes do FCVS nas ações judiciais que têm como objeto o SH/SFH, sendo a elas garantido o direito de receberem o reembolso das despesas incorridas em decorrência da defesa efetivada por elas nestes processos judiciais, além de valores desembolsados com condenações. A Lei nº 13.000 publicada em 18/06/2014,

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR						Em 31/12/2018 e 2017, a PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 31/12/2018 e 2017, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:					
Saldo em 31/12/2017			718.941			Danos			Danos		
Emissões			3.915.468			2018			2017		
Pagamentos/ baixas / cancelamentos			(293.856)			Até 02 Anos			Até 02 Anos		
Prêmios ganhos			(3.522.409)			02 a 05 Anos			02 a 05 Anos		
Avisados/ alterações			–			05 a 10 Anos			05 a 10 Anos		
Atualização monetária / juros			–			Mais de 10 anos			Mais de 10 anos		
Variação do IBNR			–			Total Danos			Total Danos		
Saldo em 31/12/2018			1.875.952			6.333			515.791		
Circulante			748.014			276.020			5.910		
Não circulante			2.406.950			415.850			218.005		
Pessoas											
Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR			Total			Pessoas		
Saldo em 01/01/2017			1.679			2018			2017		
Emissões			3.878			Descrição			Descrição		
Pagamentos/ baixas / cancelamentos			(96)			Quantidade			Quantidade		
Prêmios ganhos			(3.492)			Valor de abertura			Valor de abertura		
Avisados/ alterações			–			Valor provisionado			Valor provisionado		
Atualização monetária / juros			–			Total Danos			Total Danos		
Variação do IBNR			–			Pessoas			Pessoas		
Subtotal			1.969			2018			2017		
Saldo em 31/12/2017			3.087			Descrição			Descrição		
Circulante			2.401			Quantidade			Quantidade		
Não circulante			686			Valor de abertura			Valor de abertura		
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR											
Saldo em 31/12/2017			1.969			Total			Total		
Emissões			3.248			Até 02 Anos			Até 02 Anos		
Pagamentos/ baixas / cancelamentos			(50)			02 a 05 Anos			02 a 05 Anos		
Prêmios ganhos			(3.658)			05 a 10 Anos			05 a 10 Anos		
Avisados/ alterações			–			Mais de 10 anos			Mais de 10 anos		
Atualização monetária / juros			–			Total Danos			Total Danos		
Variação do IBNR			–			Pessoas			Pessoas		
Subtotal			1.509			2018			2017		
Saldo em 31/12/2018			2.713			Descrição			Descrição		
Circulante			1.933			Quantidade			Quantidade		
Não circulante			780			Valor de abertura			Valor de abertura		
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR											
Saldo em 31/12/2017			1.969			Total			Total		
Emissões			3.248			Até 02 Anos			Até 02 Anos		
Pagamentos/ baixas / cancelamentos			(50)			02 a 05 Anos			02 a 05 Anos		
Prêmios ganhos			(3.658)			05 a 10 Anos			05 a 10 Anos		
Avisados/ alterações			–			Mais de 10 anos			Mais de 10 anos		
Atualização monetária / juros			–			Total Danos			Total Danos		
Variação do IBNR			–			Pessoas			Pessoas		
Subtotal			1.509			2018			2017		
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR											
Saldo em 31/12/2017			1.969			Descrição			Descrição		
Emissões			3.248								

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. 21.4. **Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2018 e 2017, é: INSS: A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 21.5. **Contingências:** Em 31/12/2018 e 2017, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2018	2017
Fiscais	431.626	464.441
Cíveis	61.557	66.026
Trabalhistas	54.825	56.935
Total	548.008	587.402

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$106.731 (R\$211.043 em 2017) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$324.895 (R\$253.398 em 2017) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS.

22. Patrimônio líquido: 22.1. **Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2018 é de R\$2.612.726 (R\$2.530.723 em 2017), dividido em 241 ações ordinárias (237 ações em 2017) e 236 ações preferenciais (235 ações em 2017), totalizando 477 ações (472 ações em 2017), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/03/2018 os acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$82.003, sendo: (i) R\$29.636, sem emissão de ações, referente à capitalização da totalidade do saldo da Reserva legal; e (ii) R\$52.367 com a emissão de 5 novas ações sendo, 4 novas ações ordinárias e 1 nova ação preferencial, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10.473.453,62 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2018, tendo sido 1 nova ação ordinária subscrita e integralizada pela acionista Saepor Serviços e Participações S.A. e 3 novas ações ordinárias e 1 nova ação preferencial subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. 22.2. **Reserva de capital:** Refere-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle.

22.3. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 22.4. **Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 22.5. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 22.6. **Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 29/03/2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$140.770, ao quais foram imputados: a) o montante relativo ao dividendo intermediário declarado na reunião do Conselho de Administração realizada em 08/05/2017 (pago aos acionistas em 12/05/2017); e b) parte dos juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração em 18/12/2017 (pago aos acionistas em 18/04/2018). Em 30/04/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$70.000, sendo R\$146.750,52 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir de 18/04/2019. Em 25/09/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$100.000, sendo R\$209.643,61 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir de 18/04/2019. Em 18/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$100.000, sendo R\$209.643,61 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos a partir de 18/04/2019.

22.7. **Distribuição do resultado:**

Descrição	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	780.557	624.195
(-) Impostos e contribuições	(3.620)	(9.398)
(-) Participações	(25.756)	(22.492)
Lucro/ prejuízo líquido do exercício	751.181	592.305
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes	–	412
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	751.181	592.717
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(37.559)	(29.636)
Lucro líquido ajustado	713.622	563.081
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	178.406	140.770
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	–	19.613
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios	178.406	121.157
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	51.094	57.343
Bruto	270.000	210.000
Imposto de renda	(40.500)	(31.500)
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	443.622	333.468

23. **Detalhamento das contas do resultado:** 23.1. **Principais ramos de atuação:**

Descrição	2018			2017		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel - casco	2.070.483	63,80%	19,90%	2.040.907	67,50%	20,70%
Responsabilidade civil facultativa veículos - RCFV	621.026	65,00%	17,20%	591.911	66,20%	17,90%
Assistência e outras coberturas - auto	592.334	46,00%	17,70%	493.806	60,10%	18,40%
Seguro habitacional em apólices de mercado - prestamista	13.463	45,70%	11,80%	13.770	39,40%	12,20%
Seguro habitacional em apólices de mercado - demais coberturas	7.923	22,90%	12,10%	8.054	16,10%	12,30%
Compreensivo empresarial	45.036	47,20%	32,70%	40.823	41,10%	33,20%
Compreensivo condomínio	75.502	48,20%	28,00%	60.331	37,20%	29,90%
Compreensivo residencial	66.792	30,00%	34,30%	61.311	29,10%	34,60%
Acidentes pessoais de passageiros - APP	38.133	7,40%	17,30%	31.272	9,10%	17,70%
Riscos de engenharia	5	0,00%	0,00%	1.119	0,40%	0,10%
Outro	16.755	6,60%	29,80%	15.448	75,20%	31,10%
Total	3.547.452			3.358.752		

23.8.1. **Receitas financeiras:**

Descrição	2018	2017
Valorização de cotas de fundos de investimentos	34.344	29.608
Títulos de renda fixa - privados	14.662	43.905
Títulos de renda fixa - públicos	97.596	118.752
Títulos de renda variável	144	–
Operações de seguros	90.203	101.662
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	34.908	47.416
Outras	18.972	16.270
Total	290.829	357.613

23.8.2. **Despesas financeiras:**

Descrição	2018	2017
Operações de seguros	(41.464)	(38.341)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(24.757)	(31.649)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(37.916)	(38.811)
Outras	(7.228)	(4.869)
Total	(111.365)	(113.670)

23.9. **Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2018 e 2017, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2018	2017
Imposto de renda	780.557	780.557
Contribuição social	624.195	624.195
Total	1.404.752	1.404.752

23.2. **Sinistros ocorridos:**

Descrição	2018	2017
Sinistros	(2.401.849)	(2.522.255)
Recuperação de sinistros	–	20
Salvados e resarcimentos	316.005	311.270
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.423)	65.905
Total	(2.087.267)	(2.145.060)

23.3

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Parecer do Atuário Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Companhia, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos: Correspondência dos Quadros Estatísticos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03. CIBA 45 - João Batista da Costa Pinto - MIBA 944.

Anexo I: Demonstrativo do Parecer Atuarial:

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2018	31/12/2017
Ramo 0114	10.000.000	10.000.000
Ramo 0116	8.000.000	8.000.000
Ramo 0118	4.000.000	4.000.000
Ramo 0141	1.976.000	1.976.000
Ramo 0167	5.300.000	5.300.000
Ramo 0171	500.000	500.000
Ramo 0173	756.329	756.329
Ramo 0196	4.000.000	4.000.000
Ramo 0310	2.000.000	2.000.000
Ramo 0313	6.000.000	6.000.000
Ramo 0351	2.000.000	2.000.000
Ramo 0378	2.000.000	2.000.000
Ramo 0520	3.200.000	3.200.000
Ramo 0524	2.700.000	2.700.000
Ramo 0525	3.200.000	3.200.000
Ramo 0531	3.200.000	3.200.000
Ramo 0542	3.100.000	3.100.000
		Ramo 1537
		Ramo 1108
		Ramo 1109
		Ramo 1130
		Ramo 1162
		Ramo 1164
		Ramo 1329
		Ramo 1369
		Ramo 1377
		Ramo 1381
		Ramo 1384
		Ramo 1390
		Ramo 1391
		Ramo 1417
		Ramo 1433
		Ramo 1535
		Ramo 1537

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da**

Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

PAPÉIS ATRELADOS À SELIC CRESEM

Dívida pública federal caiu 1,77% e fechou janeiro em R\$ 3,808 trilhões

Estrangeiros aumentaram a participação na dívida pública brasileira no primeiro mês deste ano

O estoque da dívida pública federal (DPF) caiu 1,77% em janeiro, quando atingiu R\$ 3,808 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Em dezembro, o estoque estava em R\$ 3,877 trilhões. A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 17,45 bilhões em janeiro. Já as emissões de papéis totalizaram R\$ 61,781 bilhões, enquanto os resgates chegaram a R\$ 147,776 bilhões, o que resultou em um resgate líquido de R\$ 994 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMF) caiu 1,59% e fechou o mês passado em R\$ 3,669 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 6,34% menor, somando R\$ 138,81 bilhões no segundo

mês do ano.

A parcela da DPF a vencer em 12 meses caiu de 16,32% em dezembro para 15,67% em janeiro, segundo o Tesouro Nacional. O prazo médio da dívida subiu de 4,11 anos em dezembro para 4,18 anos no mês passado.

O custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 9,86% ao ano em dezembro para 9,66% ao ano em janeiro. A parcela de títulos prefixados na DPF caiu de 33,03% em dezembro para 30,92% em janeiro. Os papéis atrelados à Selic também aumentaram a fatia, de 35,51% para 36,92%.

Os títulos remunerados pela inflação subiram para 28,34% do estoque da DPF em dezembro, ante 27,46% em janeiro. Os papéis cambiais reduziram a participação na DPF de 4,00%, em

dezembro, para 3,82% no mês passado.

Os papéis atrelados a índices de preços e à taxa Selic ainda estão fora das metas do Plano Anual de Financiamento (PAF) para este ano.

O intervalo do objetivo perseguido pelo Tesouro para os títulos prefixados em 2019 é de 29% a 33%, enquanto os papéis remunerados pela Selic devem ficar entre 38% a 42%. No caso dos que têm índices de preço como referência, a meta é de 24% a 28% e, no caso de câmbio, de 3% a 7%.

Os estrangeiros aumentaram a participação na dívida pública brasileira em janeiro. A fatia dos investidores não-residentes no Brasil no estoque da DPMF subiu de 11,22% em dezembro para 11,80% no mês passado, somando R\$ 433,12 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

Em dezembro, o estoque nas mãos de estrangeiros estava em R\$ 418 bilhões.

O grupo Previdência foi o maior detentor de papéis do Tesouro, com a participação passando de 24,96% em dezembro para 25,02% no mês passado. A parcela das instituições financeiras no estoque da DPMF teve queda de 22,74% em dezembro para 22,01% em janeiro. Os fundos de investimentos aumentaram a fatia de 26,91% para 27,06%. Já as seguradoras tiveram crescimento na participação de 4,11% para 4,24%. O número de investidores ativos no Tesouro Direto cresceu 47,7% e atingiu 845 mil participantes. Só em janeiro, foram registrados 58,8 mil novos investidores ativos. Em relação ao número total de investidores cadastrados, o Tesouro

Direto registrou, em janeiro, a marca de 3,3 milhões de participantes, um crescimento de 76%, com mais de 261 mil ingressos apenas nos últimos 30 dias.

A maior parte das operações de investimento (títulos adquiridos) somam até R\$ 5 mil e correspondem a 83,9% das compras do programa. "Esse número reafirma o caráter democrático e pulverizado desse programa, uma forma de o Tesouro aliar formação e educação financeira da população em geral", afirmou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luís Felipe Vital.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro, via internet, sem

intermediação de agentes financeiros. O aplicador só tem de pagar uma taxa à corretora responsável pela custódia dos títulos.

As vendas no mês de janeiro também bateram recorde histórico para o período, chegando a R\$ 2,83 bilhões, com resgates R\$ 2,55 bilhões. O estoque fechou o mês em R\$ 54,9 bilhões, aumento de 1,27% em relação ao mês anterior (R\$ 54,2 bilhões) e de 16,26% sobre janeiro de 2018 (R\$ 47,2 bilhões).

O título mais demandado pelos investidores foi o indexado à Selic (Tesouro Selic), cuja participação nas vendas atingiu 47,9%. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) corresponderam a 31,5% do total e os prefixados, 20,6%.